



Março 2019

Ano 30

Nº 1

Diretor José Poças Esteves

SaeR – Sociedade de Avaliação
Estratégica e Risco, Lda
Rua Luciano Cordeiro, 123 – 4E, 1050-139 Lisboa,
Portugal
Tel. +351 213 030 830
Fax. +351 213 030 839 •
saer@saer.pt • www.saer.pt

Venda exclusiva por assinatura
Registo de empresa de DGCS: 213.682
Número de publicação: 113.683

Rela tório trimestral

SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E DOS NEGÓCIOS

Neste 1º trimestre, a incerteza parece ser a palavra que melhor descreve o sistema internacional, não deixando antever com clareza o que poderá ser o futuro, tornando inviável o estabelecimento de programas de ação, estratégias conjunturais e modelos de desenvolvimento com algum grau de segurança. Para Portugal, estas perspetivas da evolução económica e política internacional configuram um quadro complexo: além de economicamente afetado, terá que tentar mais uma vez saber gerir as suas interdependências.

Neste número:

- *A década da incerteza*
- *Perspetiva económica*
- *O contributo das Empresas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.*
- *Tecnologia, sociedade e democracia em tempo de eleições europeias*

Páginas 4 a 5

Páginas 6 a 13

Páginas 14 a 19

Editorial

O que fica

A década da incerteza

A década que se iniciou em 2008 e terminou em 2018 pode ser apresentada como a década da perda de confiança nos dispositivos de regulação dos equilíbrios nas economias, nas sociedades e nas políticas. A consequência imediata desta evolução encontra-se no aumento da incerteza: deixou de haver uma imagem estável sobre o que vai ser o futuro, em função da qual se possam estabelecer os programas de ação, as sucessivas estratégias conjunturais e os modelos de desenvolvimento. Com a crise que se iniciou em 2018 a vulnerabilidade de Portugal é ainda maior do que em 2008: Portugal precisou sempre do exterior para compensar a sua reduzida escala. Neste sentido, a instabilização da ordem internacional constitui uma séria ameaça para definição das orientações estratégicas que estão disponíveis para Portugal no seu atual campo de possibilidades. O primeiro trimestre em Portugal evolui com o resultado final de não haver clarificação estratégica.

Análise de Conjuntura

Perspetiva económica

Em meados da Primavera, as perspetivas da evolução económica internacional configuravam um cenário de desaceleração em 2019, mas admitiam já alguma melhoria no segundo semestre que possibilitasse um crescimento em 2020 ao ritmo de 2018. Esta evolução seria possível devido, nomeadamente, a políticas monetárias claramente acomodáticas nas principais economias e à intensificação das políticas monetária e fiscal na China bem como a uma provável melhoria no relacionamento comercial sino-

americano. A economia norte-americana evidencia evoluir favoravelmente, mas em contraste, a economia da zona euro vem evidenciando uma desaceleração relativamente nítida. O quadro das perspetivas para Portugal, quer em termos económicos, quer em termos políticos, neste contexto internacional e europeu, apresenta-se complexo.

Páginas 20 a 24

Tema de Fundo

O contributo das Empresas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Embora tenha nascido e se tenha mantido durante algum tempo na esfera do setor público e não lucrativo, a política para o Desenvolvimento sustentável convoca todos os atores a trabalharem de forma integrada e holística para a sustentabilidade ambiental, o desenvolvimento social e o crescimento económico.

De facto, as formas como as Empresas têm conseguido introduzir os ODS nas suas estratégias são um dos mais interessantes sinais que o Desenvolvimento Sustentável e a geração de lucro podem e devem andar juntos.

Páginas 25 a 28

Geopolítica e Prospetiva

Tecnologia, sociedade e democracia em tempo de eleições europeias

Há muito que se antecipa que a evolução tecnológica teria um forte impacto nas economias. As suas consequências foram sendo verificadas à medida que as tecnologias permitiram e impulsionaram a crescente afirmação da globalização competitiva até que esta se tornou, na transição do século, uma realidade estrutural e estruturante dos modelos económicos no início do século XXI. Percebem-se agora claramente também os impactos da tecnologia, agora já na versão de ‘digitalização’ no sistema político, e nomeadamente nas democracias.

As eleições europeias de 2019 revelam as tensões entre as expectativas dos cidadãos e modelos políticos. Que as sondagens apontem para o reforço do peso de partidos ou movimentos ‘populistas’ e ‘extremismos’ no contexto do Parlamento Europeu, faz adivinhar tempos difíceis para a afirmação do projeto europeu.

No 1º trimestre de 2019, a incerteza parece ser a palavra que melhor descreve o sistema internacional, não deixando antever com clareza o que poderá ser o futuro, tornando inviável o estabelecimento de programas de ação, estratégias conjunturais e modelos de desenvolvimento com algum grau de segurança.

Com efeito, a década que se iniciou em 2008, com a crise bancária internacional, e que terminou em 2018, com o desmantelamento da estrutura de ordem mundial que estava em vigor desde a década de 1940, pode ser apresentada como a década da perda de confiança nos dispositivos de regulação dos equilíbrios nas economias, nas sociedades e nas políticas.

No 1º trimestre de 2019, a incerteza parece ser a palavra que melhor descreve o sistema internacional, não deixando antever com clareza o que poderá ser o futuro, tornando inviável o estabelecimento de programas de ação, estratégias conjunturais e modelos de desenvolvimento com algum grau de segurança.



Neste contexto, deixou de haver uma imagem estável sobre o que vai ser o futuro – por um lado, a globalização é um processo desejado pelos grupos sociais, pelas entidades empresariais e pelos sectores económicos mais competitivos, mas por outro lado, é um processo rejeitado pelas consequências que provoca nos campos político e social menos competitivos ou com menor vitalidade – criando perspetivas necessariamente conflituais porque incompatíveis nos modos como descrevem o presente e como projetam o futuro.

É uma consequência há muito antecipada, do impacto que a evolução tecnológica operou e opera, primeiro nas economias, depois nas sociedades e por fim nos sistemas políticos, permitiu e impulsionou a crescente afirmação da globalização competitiva até que esta se tornou uma realidade estrutural e estruturante dos modelos económicos no início do século XXI; permitiu e impôs alterações nos modelos de sustentabilidade intergeracional das sociedades, mas também, num nível mais estrutural, das suas formas de organização, consistência interna e padrões de comportamento, fruto da comunicação global, acesso à informação e mobilidade, discussão e afirmação de novos valores nas sociedades, sobretudo nas ocidentais, nas quais a reação oscila entre a recusa e a afirmação da mudança, intensificando a dinâmica da crise na sociedade e na política, percebendo-se agora claramente também os impactos da tecnologia no sistema político, e nomeadamente nas democracias.

Quando o impacto da revolução tecnológica se torna sensível, não apenas nas economias mas também nas sociedades e nos sistemas políticos, Portugal depara-se com um quadro estratégico complexo: além de ter que gerir o impacto económico, terá que gerir as tensões sociais em afirmação e no plano político-estratégico, tentar mais uma vez saber as suas interdependências.

Aqui, a democracia enfrenta um desafio fundamental – a capacidade de manter nas sociedades a crença nos seus benefícios, vendo nela a resposta aos seus anseios e necessidades, evitando assim a busca por outras soluções que melhor cumpram essa função, ou pelo menos prometam introduzir maior equilíbrio na distribuição dos benefícios gerados. A segurança – física, económica, identitária – é uma questão fundamental a que o sistema político tem que responder, e a democracia não é exceção, sob pena de permitir um afastamento da sociedade que resulte num retrocesso para regimes não democráticos.

As eleições europeias de 2019 revelam já estas tensões entre as expectativas dos cidadãos e modelos políticos cujo ajustamento às novas realidades se mantém lento, difícil e titubeante, fazendo adivinhar tempos difíceis para a afirmação do projeto europeu.

Para Portugal, estas perspetivas da evolução económica e política internacional e europeia configuram um quadro complexo: além de economicamente afetado, terá que tentar mais uma vez saber gerir as suas interdependências.



Entre tantas incertezas parece haver no entanto uma tendência estruturante que se vem reforçando cada vez mais, e reclamando a atenção por cada vez mais largos setores da sociedade, aparecendo como um tema essencial para a configuração política, mas também social e económica nos próximos anos (décadas): a adaptação e mitigação dos efeitos das alterações climáticas em curso. Os ODS lançaram o tema e têm vindo a trabalhar nas metas a atingir até 2030. Desde 2015, o reconhecimento da necessidade de maior envolvimento do setor privado tem chamado a atenção para uma verdade inexorável: não há desenvolvimento sustentável sem empresas. Estas já há muito o perceberam, mas o reconhecimento da sua relevância na estratégia da ONU para 2030, veio permitir uma maior consciência do que já fazem e das novas (renovadas) oportunidades que o foco nesta temática comporta para o desenvolvimento dos negócios.

A todos, boas leituras!

A década da incerteza

A década que se iniciou em 2008, com a crise bancária internacional, e que terminou em 2018, com o desmantelamento da estrutura de ordem mundial que estava em vigor desde a década de 1940, pode ser apresentada como a década da perda de confiança nos dispositivos de regulação dos equilíbrios nas economias, nas sociedades e nas políticas.

Este período longo de uma década começou com uma crise sectorial no sistema bancário (na gestão dos fluxos monetários da circulação de capitais) para evoluir até uma crise generalizada da ordem mundial (quando o retorno a uma lógica nacionalista destrói as redes e as instituições de cooperação e regulação nos mercados mundiais, o que se repercute depois no rompimento das redes de aliança tradicionais, substituindo o multilateralismo da cooperação pelo unilateralismo do conflito e da dominação dentro de esferas de influência).

A consequência imediata desta evolução encontra-se no aumento da incerteza, porque deixou de haver uma imagem estável sobre o que vai ser o futuro em função da qual se possam estabelecer os programas de ação, as sucessivas estratégias conjunturais e os modelos de desenvolvimento.

Por um lado, a globalização é um processo desejado pelos grupos sociais, pelas entidades empresariais e pelos sectores económicos mais competitivos, correspondendo ao que reconhecem como sendo necessário para a continuidade do projeto estratégico de desenvolvimento da economia mundial. Por outro lado, a globalização é um processo rejeitado pelas consequências que provoca nos campos político e social menos competitivos ou com menor vitalidade, ao gerar consequências negativas para certos grupos sociais e para certas posições políticas que não têm condições para prolongar no futuro o que foram os estatutos sociais e as relevâncias políticas que tiveram no passado.

São perspetivas de observação e de análise muito diferentes, necessariamente conflituais porque incompatíveis nos modos como descrevem o presente e como projetam o futuro, mas também porque para que um bloco de perspetivas se consolide é preciso que o outro bloco de perspetivas seja anulado e abandonado. São perspetivas que dependem dos interesses de quem observa e da posição que ocupa, porque são os interesses e a

A década que se iniciou em 2008 e terminou em 2018 pode ser apresentada como a década da perda de confiança nos dispositivos de regulação dos equilíbrios nas economias, nas sociedades e nas políticas. A consequência imediata desta evolução encontra-se no aumento da incerteza: deixou de haver uma imagem estável sobre o que vai ser o futuro, em função da qual se possam estabelecer os programas de ação, as sucessivas estratégias conjunturais e os modelos de desenvolvimento.



posição que determinam o modo como se analisa o que se observa e como se estabelece o que será o respetivo campo de possibilidades. Mas também são perspetivas inconciliáveis porque são polarizadas, dão origem a convicções absolutas que se radicalizam, cada uma servindo-se da rejeição das outras para impor a sua necessidade.

Em relações polarizadas, cada parte recusa a validade dos argumentos da outra porque isso implicaria a sua própria desistência do confronto. E a determinação da vontade de uma parte estimula afirmações de vontade equivalentes da outra parte, para evitar a acusação de renúncia ao confronto. Quem, finalmente, decide será a realidade efetiva das coisas, isto é, será o confronto dos interesses e das posições que formam cada perspetiva de projeção do futuro que poderá ser conduzido até ao extremo da guerra, o que irá determinar qual será a linha de orientação que irá realmente orientar a produção da configuração do futuro.

O grau de incerteza da crise de 2018 é muito superior ao que se encontrou na crise de 2008, porque esta ainda foi enfrentada com um padrão de ordem mundial operativo, enquanto agora o centro da crise está na rutura das relações de cooperação das instituições internacionais.



Antes de se atingir este ponto de decisão, não será possível reduzir o grau de incerteza que resulta da destruição de um padrão de ordem mundial, como antes de se ter organizado a resposta da Reserva Federal norte-americana e do Banco Central Europeu, com o apoio do Fundo Monetário Internacional, não foi possível reduzir a incerteza na crise bancária de 2008 nem o efeito de contágio que se disseminou nas relações interbancárias. Mas o grau de incerteza da crise de 2018 é muito superior ao que se encontrou na crise de 2008, porque esta ainda foi enfrentada com um padrão de ordem mundial operativo (que, aliás, foi essencial para a eficácia das respostas encontradas com a organização de instituições de coordenação a nível mundial), enquanto agora o centro da crise está na rutura das relações de cooperação das instituições internacionais, o que implica que os diversos protagonistas se isolam na intransigência das suas posições polarizadas.

Este aumento da incerteza tem uma primeira dimensão que se reflete na ação política e nas decisões empresariais, porque se é possível identificar o que tem estado a deixar de funcionar de acordo com as normas antes estabelecidas, não é fácil identificar o que deve ser feito para corrigir o que se revela ineficiente, nem se pode assegurar que não se trata apenas de um desvio temporário ao que seria a trajetória normal, que poderia ser recuperada sem precisar de mudanças significativas.

Numa segunda dimensão, no que se refere ao sistema de teorias

que auxilia os decisores políticos e empresariais na interpretação dos acontecimentos e no estabelecimento do campo de possibilidades, o aumento da incerteza torna-se cumulativo e agrava-se, porque não se consegue determinar se esse sistema de teorias foi mal aplicado ou se tem lacunas essenciais que a evolução ocorrida veio revelar. A incerteza não resulta apenas dos acontecimentos surpreendentes que se afastam do que seria a tendência normal esperada, também resulta do modo como os decisores e os analistas observam e interpretam essas surpresas com que os acontecimentos os confrontam.

A crise do sistema bancário de 2008 revelou a insuficiência dos dispositivos de controlo e regulação do risco num sector que, gerando moeda pela via das concessões de créditos, têm a possibilidade de gerar o que se designa por crises de Minsky, que resulta da instabilidade natural dos sistemas financeiros através da inter-relação dos balanços dos bancos: quando uns têm de contrair a sua função de criação de moeda através do crédito, muitos outros têm de adotar idênticas restrições por efeito de contágio que atinge os seus próprios balanços. O papel dos bancos centrais foi então decisivo, ao adotarem as políticas monetárias de “quantitative easing”, que transferiram para os balanços dos bancos centrais as imparidades registadas nos balanços dos bancos comerciais e de investimento. A qualidade da coordenação internacional foi decisiva para o sucesso desta política de emergência, esperando-se que os crescimentos económicos futuros permitissem absorver os excessos de liquidez que tinham sido criados.

A redução do potencial de crescimento da economia mundial, que já se verificou em 2018, transferiu para 2019 a responsabilidade de encontrar a resolução para o processo de transição da estrutura de ordem mundial que constituía o padrão de referência.



Uma crise do padrão de ordem mundial é de uma natureza muito diferente porque prejudica ou anula as condições de cooperação internacional que antes foram essenciais. Não há agora a possibilidade de recorrer a instituições de coordenação superiores que criem e transfiram recursos como aconteceu na crise bancária de 2008. E a redução do potencial de crescimento da economia mundial, que já se verificou em 2018, transferiu para 2019 a responsabilidade de encontrar a resolução para o processo de transição da estrutura de ordem mundial que constituía o padrão de referência, a condição de racionalização e de regulação do sistema de relações internacionais, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, no que se pode designar como a época da hegemonia dos Estados Unidos, que foi também o prolongamento do tempo longo de hegemonia do Ocidente, que se prolongou mesmo depois da desagregação da rede de impérios europeus. Mas é esse período

que chega agora ao limite do seu tempo de validade, quando os Estados Unidos, para responderem à ameaça da emergência da China como potência mundial, optam por promover a fragmentação da Europa, preferem os entendimentos com a Rússia e desistem da rede de alianças que construíram, para se concentrarem no unilateralismo agressivo do seu interesse nacional.

O fim de uma época é, por natureza, um tempo de turbulência e de incerteza, que tem como característica principal a perda de confiança nos dispositivos que asseguravam a racionalização e a regulação das decisões na política internacional, mas que se repercute na perda de confiança nos processos de decisão nas políticas nacionais, pois a perturbação no sistema global induz a fragmentação nos sistemas políticos, económicos e sociais nacionais, na medida em que estes ficam sem pontos de referência para a formação das expectativas e das perspetivas sobre o futuro. Perde-se capacidade de regulação quando diminui a cooperação internacional, mas também se perde capacidade de racionalização quando o horizonte do futuro se torna indeterminado, pois isso vai permitir a proliferação de propostas polarizadas em função dos interesses e das posições quando não há um enquadramento superior que estabeleça o que é o campo de possibilidades, o que pode realmente ser obtido em cada situação concreta.

A turbulência e a incerteza não são efeitos contingentes que poderiam ter sido evitados se tivessem prevalecido atitudes mais prudentes e posições menos polarizadas. Pelo contrário, é a natureza dos contextos (a crise bancária de 2008 e a crise do padrão de ordem mundial de 2018) que geram a turbulência e a incerteza a que os grupos sociais e as lideranças políticas respondem com a imprudência e a polarização justamente porque deixaram de existir os referenciais de regulação e de controlo dos extremismos radicalizados.

A CRISE AMERICANA: A INCOMPETÊNCIA DO PODER E A INGENUIDADE POLÍTICA DO PRESIDENTE

Donald Trump foi eleito contra todas as previsões – incluindo as expectativas do próprio, que estaria mais interessado na conquista de relevância para os seus negócios do que motivado por uma convicção firme sobre o que seria a estratégia que ele poderia conduzir para assegurar o progresso continuado dos Estados Unidos como poder hegemónico no mundo. Porém, é esta surpresa

A época da hegemonia dos Estados Unidos, que foi também o prolongamento do tempo longo de hegemonia do Ocidente, chega agora ao limite do seu tempo de validade, quando os Estados Unidos, para responderem à ameaça da emergência da China como potência mundial, optam por promover a fragmentação da Europa, preferem os entendimentos com a Rússia e desistem da rede de alianças que construíram, para se concentrarem no unilateralismo agressivo do seu interesse nacional.



da sua eleição que melhor permite interpretar o que tem sido a sua condução política: ele está preso na base de apoio que o elegeu e que não se admitia que pudesse ser uma base social com suficiente peso eleitoral para conquistar o poder nos Estados Unidos. Por esta via, a eleição e a presidência de Donald Trump dizem mais sobre o que é a realidade efetiva da sociedade e da política dos Estados Unidos do que tinha até agora sido apresentado nas análises teóricas e nos discursos políticos.

O poder que os Estados Unidos ainda detêm na economia e na capacidade militar tornou-se um poder incompetente para gerir a função de centro hegemónico na escala mundial.

Mas o principal fator que gera este efeito é a ingenuidade política do presidente Trump, que define objetivos e estabelece políticas que vão desencadear consequências opostas aos objetivos anunciados: ao escolher o unilateralismo e o protecionismo, está a reduzir o espaço de influência dos Estados Unidos e a limitar o seu crescimento potencial, tornando a sua base eleitoral ainda mais vulnerável do que já era no quadro do processo de modernização da economia e da sociedade e no quadro da disputa pela posição de supremacia no sistema mundial.

Eleito por uma base popular que se quis afirmar contra o domínio das elites que seria corporizado pela “dinastia” Clinton e pelos centros de influência de Wall Street empenhados nas estratégias da globalização, o que se verifica a seguir é que essa base popular é protecionista e nacionalista na gestão dos assuntos económicos, é defensora da supremacia branca e contra a emigração nos assuntos sociais, e é defensora de uma linha de revolução conservadora nos assuntos políticos que implica uma radicalização acentuada do Partido Republicano, revelando clivagens na sociedade americana que reproduzem as polarizações que estiveram na origem de guerra civil americana e que, como agora se verifica, não foram nem resolvidas, nem superadas. Mas desta evidência decorre que uma sociedade com este tipo de divisões não tem as condições necessárias para ser a gestora de uma estrutura de ordem mundial. Para exercer essa função de poder hegemónico, não basta ter poder militar e económico, é preciso ter um poder político apoiado por uma base social coesa e consistente – sem o que estará a oferecer a poderes externos a oportunidade para que estes explorem as divisões internas em seu proveito.

O poder que os Estados Unidos ainda detêm na economia e na capacidade militar tornou-se um poder incompetente para gerir a função de centro hegemónico na escala mundial.



Mas o principal fator que gera este efeito é a ingenuidade política do presidente Trump, que define objetivos e estabelece políticas que vão desencadear consequências perversas que são opostas aos objetivos anunciados – o que é normal num protagonista político que não tem experiência do que é a decisão política, do que é a sua complexidade, e que observa a política como um “consumidor” (que gosta ou não gosta do que vê) e não como um “produtor” (que organiza os recursos e os conflitos de interesses para atingir os objetivos que seleciona). Ao escolher o unilateralismo e o protecionismo para fazer a América grande outra vez e assim satisfazer a sua base eleitoral, está a reduzir o espaço de influência

dos Estados Unidos e a limitar o seu crescimento potencial, tornando a sua base eleitoral ainda mais vulnerável do que já era no quadro do processo de modernização da economia e da sociedade e no quadro da disputa pela posição de supremacia no sistema mundial.

Ao escolher a fragmentação da Europa com o argumento de que os poderes europeus se servem da proteção americana para não terem de suportar os custos da sua defesa, ignora que sem a proteção dessa aliança são os Estados Unidos que ficam vulneráveis à penetração do espaço europeu por potências que competem com os Estados Unidos na escala mundial. Em lugar de tornar a América grande outra vez, Donald Trump difunde no bloco ocidental um grau de incerteza que destrói esse sentido de bloco e de aliança atlântica que não tem substituição que assegure aos Estados Unidos idêntico potencial de projeção da sua área de influência. Destruído o padrão de ordem mundial que os Estados Unidos construíram desde a Segunda Guerra Mundial, é o poder político, económico e militar dos Estados Unidos que fica atingido – por iniciativa própria, por efeito de incompetência e ingenuidade.

O que se verifica, quando se passa da utopia para a concretização, é que não há nenhuma estratégia satisfatória para a saída da Grã-Bretanha da União Europeia e que, a consumir-se a saída, a divisão da sociedade britânica e a própria continuidade do Reino Unido tornarão inconsequente o projeto da recuperação do controlo nacionalista.

Para os Estados europeus que foram centros imperiais, a saída da União Europeia não os faz regressar a esse passado imperial e não lhes oferece mais do que o poder que podem construir na sua pequena escala, ficando sem a amplificação que as instituições comunitárias asseguram.



A CRISE EUROPEIA: O CONTROLO NACIONALISTA CONTRA O PODER DA ESCALA EUROPEIA

A decisão da Grã-Bretanha de abandonar a União Europeia ilustra, no espaço europeu, a mesma polarização que se encontra nos Estados Unidos entre os nacionalistas e os globalistas, e não é por simples coincidência que se verifica o cruzamento e o apoio mútuo das forças económicas e políticas que, nos Estados Unidos e na Europa (porque não é só na Grã-Bretanha que as propostas de controlo nacionalista se contrapõe aos programas de integração), defendem as respetivas posições deste confronto de perspetivas sobre o futuro. Mas o caso da Grã-Bretanha é mais interessante e mais útil porque revela em que medida esta polarização divide as sociedades (o referendo deu uma vitória à proposta de saída que está dentro da margem de erro das sondagens e os debates e votações que se sucederam no parlamento não obtiveram resultados conclusivos), e em que medida esta polarização se baseia numa utopia inversa (pois os que defendem a recuperação do controlo nacionalista estão a projetar a sua utopia nas condições do passado, que já não existem nem podem voltar a existir). E o que se verifica, quando se passa da utopia para a

concretização, é que não há nenhuma estratégia satisfatória para a saída da Grã-Bretanha da União Europeia e que, a consumir-se a saída, a divisão da sociedade britânica e a própria continuidade do Reino Unido tornarão inconsequente o projeto da recuperação do controlo nacionalista.

Para os Estados europeus que foram centros imperiais, a saída da União Europeia não os faz regressar a esse passado imperial e não lhes oferece mais do que o poder que podem construir na sua pequena escala, ficando sem a amplificação que as instituições comunitárias asseguram.

Com a crise de 2018, que inicia o dismantelamento das redes de alianças e de cooperação internacional que estiveram a operar durante as últimas sete décadas, a União Europeia é a única base estratégica a que os Estados europeus podem recorrer para afirmar o seu controlo político.

Para os Estados europeus que estiveram integrados em blocos imperiais, a sua autonomia se abandonarem a União Europeia será sempre menor mais vulnerável do que se estiverem protegidos pelo poder das instituições e políticas comunitárias. Seria assim no contexto de um padrão de ordem mundial estável, mas estas proteções da União Europeia são ainda mais decisivas quando se perde esse referencial de estabilidade na escala mundial e passa a ser vital a formação de um espaço regional de formação e afirmação de poder.



Na crise de 2008, o papel do Banco Central Europeu foi essencial para que houvesse uma entidade com escala adequada para absorver os choques em cada um dos sistemas bancários europeus. Com a crise de 2018, que inicia o dismantelamento das redes de alianças e de cooperação internacional que estiveram a operar durante as últimas sete décadas, a União Europeia é a única base estratégica a que os Estados europeus podem recorrer para afirmar o seu controlo político. E a melhor demonstração disso mesmo foi oferecida pela Grã-Bretanha: em nome da recuperação do controlo nacionalista, dividiu a sociedade, evidenciou a incapacidade do parlamento, colocou em risco a continuidade do Reino Unido e não encontrou uma fórmula satisfatória para o abandono da União Europeia.

A CRISE PORTUGUESA: O EQUILÍBRIO INSTÁVEL SEM CLARIFICAÇÃO ESTRATÉGICA

A crise que se iniciou em 2008 teve consequências graves para Portugal e que não se limitaram ao funcionamento do sistema bancário, também implicaram constrangimentos importantes no modo como se projeta o futuro quando o elevado nível de dívida acumulada torna a economia e a sociedade portuguesas muito

Com a crise que se iniciou em 2018 a vulnerabilidade de Portugal é ainda maior do que em 2008: Portugal precisou sempre do exterior para compensar a sua reduzida escala. Neste sentido, a instabilização da ordem internacional constitui uma séria ameaça para definição das orientações estratégicas que estão disponíveis para Portugal no seu atual campo de possibilidades. O primeiro trimestre em Portugal evolui com o resultado final de não haver clarificação estratégica.



dependentes do rigor da condução política, para que novos desequilíbrios não voltem a colocar a economia portuguesa dependente das taxas de juro impostas pelos mercados internacionais. Essa crise só parcialmente foi resolvida e deixou como consequência estrutural a transferência do controlo do sistema bancário para agentes externos. Mas ainda mais importante do que isso será o facto de o diagnóstico dessa crise não ter sido feito e não haver reconhecimento das responsabilidades – e esses são dois elementos necessários para que se possa dizer que uma crise do sistema bancário foi efetivamente resolvida, na medida em que essas são as condições para que os critérios a respeitar na regulação futura fiquem bem definidos.

Com a crise que se iniciou em 2018 e que incide no padrão de ordem mundial, a vulnerabilidade de Portugal é ainda maior do que foi na crise do sistema bancário de 2008. Portugal precisou sempre do exterior para compensar a sua reduzida escala, sendo a sua condição estratégia central a sua capacidade para interiorizar o exterior – isto é, para regular as suas escolhas estratégicas pelas linhas de evolução que identificava no exterior. Neste sentido, a instabilização da ordem internacional, que os acontecimentos deste trimestre nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha evidenciam, constitui uma séria ameaça para definição das orientações estratégicas que estão disponíveis para Portugal no seu atual campo de possibilidades – sobretudo porque ainda não foi resolvida de modo satisfatório a anterior crise bancária de 2008 e ficou, de entre as suas variadas consequências, um valor muito elevado da dívida pública.

Nestas condições, o primeiro trimestre em Portugal evolui no padrão de equilíbrio instável entre o que se faz (por exigência de respeitar os equilíbrios fundamentais) e o que não se diz (para não pôr em causa a aliança parlamentar que sustenta o governo), com o resultado final de não haver clarificação estratégica – apesar de se estar na vizinhança temporal de crises na escala mundial e na escala europeia, que irão ter consequências na economia portuguesa, muito mais dependente do comércio internacional (que se pode contrair por efeito de uma guerra de tarifas e de protecionismos) do que da procura interna (que não tem escala e não pode ser estimulada).

PERSPETIVA INTERNACIONAL

Em meados da Primavera, as perspetivas da evolução económica internacional configuravam um cenário de desaceleração em 2019 (em comparação com 2018) mas admitiam já alguma melhoria no segundo semestre que possibilitasse um crescimento em 2020 ao ritmo de 2018. Esta evolução seria possível devido, nomeadamente, a políticas monetárias claramente acomodáticas nas principais economias e à intensificação das políticas monetária e fiscal na China (para contrariar os efeitos negativos das tarifas comerciais impostas pelos EUA) bem como a uma provável melhoria no relacionamento comercial sino-americano.

Estas perspetivas estavam assim dependentes, nomeadamente, dum não agravamento ou mesmo de algum desanuviamento nas tensões comerciais internacionais além de, explícita ou implicitamente, da não emergência de outros fatores de risco como disrupções geopolíticas (que afetassem significativamente, por exemplo, o preço do petróleo) ou de um Brexit “desordenado”, questão aparentemente adiada para o Outono.

As projeções do FMI (“World Economic Outlook”) apontavam para uma desaceleração da economia internacional em 2019, atingindo cerca de 70% da economia global, com uma taxa de crescimento de 3.3% versus uma taxa de crescimento de 3.6% em 2018. A taxa prevista para 2019 representava uma revisão em baixa de 0.2 p.p. em relação à projeção de janeiro correspondendo assim a um cenário de desaceleração mais intenso do que era esperado. Na sequência de políticas monetárias acomodáticas das principais economias e dos estímulos monetários e fiscais chineses e, ainda, de desanuviamento nas tensões comerciais internacionais a economia internacional deveria começar a recuperar e alcançar, de novo, a taxa de crescimento de 3.6% em 2020.

Os dados conhecidos para a economia chinesa parecem apontar para esta leitura. A China terá registado uma taxa de crescimento (em termos homólogos) de 6.4 % no primeiro trimestre de 2019, superando as expectativas (um ano atrás a correspondente taxa tinha sido de 6.8%).

Em meados da Primavera, as perspetivas da evolução económica internacional configuravam um cenário de desaceleração em 2019, mas admitiam já alguma melhoria no segundo semestre que possibilitasse um crescimento em 2020 ao ritmo de 2018. Esta evolução seria possível devido, nomeadamente, a políticas monetárias claramente acomodáticas nas principais economias e à intensificação das políticas monetária e fiscal na China bem como a uma provável melhoria no relacionamento comercial sino-americano.



Outros indicadores da economia chinesa apontavam para uma evolução favorável apontando assim para que a taxa de crescimento se aproximasse do nível superior do intervalo de crescimento objetivo de 6-6.5% para 2019. Atente-se que as referidas projeções do FMI avançam taxas de crescimento de 6.3% em 2019 e de 6.1% em 2020.

As negociações comerciais entre os EUA e a China prosseguem, mas os sinais que emergem e o comportamento dos mercados apontam para um compromisso o qual, a ocorrer, desanuviará o panorama do comércio internacional. Contudo, persistem as pressões norte-americanas, em particular sobre os seus aliados, quanto à adoção da tecnologia chinesa de telecomunicações 5G, invocando questões de segurança (o caso Huawei é notório). Embora estas razões pareçam relevantes, haverá que ter em conta, pelo menos, outros dois fatores. O primeiro respeita a que os EUA quererem proteger os seus produtores/agentes digitais e os mercados em que estes atuam da concorrência chinesa. Um segundo respeita a que a tecnologia chinesa é mais barata e está mais avançada do que a norte-americana, bem como quer operar com – e definir – *standards* técnicos próprios. Este último fator – tecnologia própria e mais avançada poderá mesmo vir a contribuir para que a China esteja disposta a proteger a propriedade intelectual como não o fazia antes e acordar no esperado acordo comercial com os EUA o respeito desse domínio (bem como um maior acesso aos seus mercados). Ainda, a China desejará a proteção da propriedade intelectual porque estará mais avançada e estendendo-se, via Nova Rota da Seda, a cerca de setenta países, tentando salvaguardar assim os seus direitos. Mesmo do ponto de vista interno, dada a crescente complexidade da economia e dos seus agentes, a China tem que defender a propriedade intelectual de “apropriações” indevidas por parte de agentes domésticos.

A economia norte-americana evidencia evoluir favoravelmente. No primeiro trimestre registou, na primeira estimativa, uma taxa de crescimento (anualizada) de 3.2%, superior às expectativas. No último trimestre de 2018 tinha registado uma taxa de crescimento (anualizada) de 2.2% (vs. uma taxa de 2.9% para o conjunto de 2019). A evolução do emprego tem sido relativamente favorável, criando uma média mensal de cerca de 180.000 novos postos de trabalho nos três primeiros meses de 2019, situando a taxa de desemprego em Março nos 3.8%, próxima do nível mais baixo em

A economia norte-americana evidencia evoluir favoravelmente. No primeiro trimestre registou, na primeira estimativa, uma taxa de crescimento (anualizada) de 3.2%, superior às expectativas. A evolução do emprego tem sido relativamente favorável e a de acréscimo salarial era de 3.2% em Março, das mais elevadas numa década.



cinquenta anos. A taxa de acréscimo salarial era de 3.2% em Março (tendo em conta um período de doze meses), das mais elevadas numa década. Para o conjunto do ano de 2019 o FMI avança com uma taxa de crescimento de 2.3% e a continuação da desaceleração em 2020 com uma taxa de 1.9% derivada da redução do impacto das medidas fiscais tomadas anteriormente pela administração Trump. Atente-se contudo que o FED anunciou ser “paciente” na normalização da sua política de aumentos das taxas de juro (e Trump vem pressionando nesse sentido, ingerindo-se na definição da política monetária) o que significa que só deverá aumentar as taxas quando a evolução económica e inflacionista o recomendar mais claramente e provavelmente ainda não em 2019. Por outro lado, Trump deseja ser reeleito em 2020 e caso propicie um desanuiamento das tensões comerciais não será de afastar a hipótese de que as projeções do FMI se revelem pecar por defeito quanto ao caso da economia norte-americana.

Em contraste, a economia da zona euro vem evidenciando uma desaceleração relativamente nítida. Neste contexto, o BCE anunciou uma política claramente acomodatória para tentar sustentar a evolução económica e a sustentabilidade financeira.



Em contraste, a economia da zona euro vem evidenciando uma desaceleração relativamente nítida. No início de Março, o BCE reviu substancialmente em baixa as projeções de crescimento, avançando uma taxa de 1.1% para 2019 e 1.6% para 2020. Posteriormente, no início de abril, os principais institutos alemães de pesquisa económica reduziam substancialmente a projeção de crescimento da economia alemã em 2019 para uns magros 0.8%, o ritmo mais baixo desde 2013, embora avançassem com uma taxa de 1.8% para 2020. Ainda, o indicador PMI apontava para que no início de segundo trimestre a zona euro tenha continuado a desacelerar.

Neste contexto, o BCE anunciou (no início de março) não alterar as taxas de juro diretoras do euro, as quais devem permanecer nos níveis atuais, pelo menos, até ao final de 2019. Anunciou também reinvestir, na totalidade, os pagamentos de capital dos títulos vincendos adquiridos no âmbito do programa de QE bem como lançar uma nova série de operações de refinanciamento de prazo alargado que terá início em setembro de 2019 e terminará em março de 2021. Isto é, uma política claramente acomodatória para tentar sustentar a evolução económica e a sustentabilidade financeira (o baixo nível de inflação permite e recomenda este tipo de intervenção).

Este quadro de perspetivas poderá melhorar no segundo semestre/final do ano – as próprias taxas de crescimento projetadas para 2020 apontam para uma melhoria de comportamento – mas

O quadro das perspetivas para Portugal, quer em termos económicos, quer em termos políticos, neste contexto internacional e europeu apresenta-se complexo. Caso se concretize um desanuviamento das tensões comerciais internacionais as projeções oficiais, em termos de crescimento e de contas públicas, configuram-se “otimistas” mas verosímeis.



poderá também piorar tendo em conta os riscos e incertezas que pendem sobre a evolução política e económica europeia. Um primeiro fator de risco é o do Presidente Trump, caso se “liberte” (senão mesmo sem se libertar) da frente de guerra comercial com a China decidir “investir” na frente alemã e europeia.

Como atrás se referiu, o desanuviamento no relacionamento comercial internacional ser-lhe-á propício para efeitos de reeleição em 2020, mas dada a sua imprevisibilidade e a perceção que tem quanto à sua base eleitoral, poderá avançar com tarifas aduaneiras sobre produtos e serviços europeus. Decorrem “tréguas”, desde o ano passado, no relacionamento comercial, em particular quanto aos automóveis europeus. Poderá romper essas tréguas, impondo tarifas à importação de automóveis penalizando fortemente o sector. Tem ainda os dossiers da Boeing/Airbus (a Boeing está fortemente penalizada com a queda de dois aviões da sua frota 737 Max e Trump queixa-se de subsídios à Airbus), o das multas e taxas a aplicar às plataformas digitais pela Europa (percecionadas como uma forma de protecionismo europeu) e o dossier Huawei. Para efeitos de retaliação, a própria Comissão divulgou já uma lista preliminar de tarifas sobre importações norte-americanas que podem chegar aos 20 biliões de dólares.

Um segundo fator de risco e incerteza é o Brexit. Parece adiado para o Outono mas a eventualidade de a PM Theresa May ser substituída entretanto por um “hard Brexiteer”, como Boris Johnson, não pode ser afastada, decorrendo daí a possibilidade de um Brexit desordenado.

Atente-se ainda que o futuro relacionamento entre a UE e o RU – após o “divórcio” formal – está e estará por muito tempo por definir, significando que a agenda da UE poderá estar por muitos anos bastante “ocupada” com esse relacionamento (mesmo na hipótese de o RU não sair, revogando a invocação do art.º50, o ambiente já criado dificultará o relacionamento político). Ainda, pós-Brexit, a Escócia quer avançar de imediato com um novo referendo sobre a sua independência, fomentando os sinais de fragmentação do RU e sinais similares noutros países (entre outros, a Catalunha invocarà esse exemplo...). Em resumo, a incerteza política destes processos mina a confiança político-económica e penaliza a evolução económica europeia.

O quadro das perspetivas para Portugal, quer em termos económicos, quer em termos políticos, neste contexto internacional e europeu apresenta-se complexo.

A outra variante do quadro de perspetivas, correspondente à imposição pelos EUA de tarifas e subsequente retaliação europeia, trará uma desaceleração da zona euro mais intensa e prolongada, e em termos políticos representa um ataque à relação transatlântica, favorece forças de desintegração da UE e favorece os interesses da Rússia. Portugal, além de economicamente afetado, terá que tentar mais uma vez saber gerir as suas interdependências. Neste domínio, há que atender, porventura, a que grande parte da África deverá ser “ocupada” pela tecnologia 5G chinesa decorrente da Nova Rota da Seda.



Caso se concretize um desanuviamento das tensões comerciais internacionais, incluindo Trump não “investir” na frente comercial europeia com a imposição de tarifas e subsequente retaliação europeia, as projeções oficiais, em termos de crescimento e de contas públicas, configuram-se “otimistas” mas verosímeis. De facto, neste cenário, e conforme antes referido, já é admitido para a economia internacional e europeia alguma melhoria no segundo semestre que possibilite o crescimento em 2020 ao ritmo de 2018. A economia portuguesa não pode deixar de refletir a evolução da zona euro mas poderá comportar-se melhor, registando uma convergência. A taxa de crescimento oficial prevista para 2019 já foi revista em baixo para 1.9%, refletindo a desaceleração europeia, mas, porventura, com algumas décimas de convergência a mais, “otimistas” mas verosímeis; por outro lado, o défice das contas públicas dever ser apenas de 0.2% em relação ao PIB (continuando a reduzir o peso da dívida pública).

Os indicadores de conjuntura recentes não “desmentem” esta possibilidade: em março, o indicador coincidente mensal para a atividade económica (Banco de Portugal) voltou a aumentar bem como as contas públicas, numa ótica de caixa, apresentaram um excedente no primeiro trimestre (com as receitas a evoluírem favoravelmente – crescimento de 8,2%, mais do dobro do ritmo esperado pelo Governo de acordo com o Programa de Estabilidade – e a despesa controlada). Contudo, existe a outra variante do quadro de perspetivas correspondente ao Presidente Trump “investir” na frente comercial europeia com a imposição de tarifas e subsequente retaliação europeia (Trump acusa a UE de ser “a brutal trading partner”).

Nesta variante, a desaceleração da zona euro será mais intensa e prolongada, tudo dependendo do valor e extensão da imposição de tarifas e da subsequente retaliação. A estratégia aparente de Trump é atacar primeiro e negociar depois.

Os *dossiers* escolhidos para o desencadear do “ataque” podem ser um ou alguns dos antes referidos (automóveis, Boeing/Airbus, plataformas digitais, Huawei). Pretenderá também ter acesso ao

mercado agroalimentar europeu o que defronta imensas dificuldades políticas em termos de negociação devido, entre outros, à não aceitação europeia de produtos geneticamente modificados e ao volume e importância política dos produtores europeus.

Nesta variante do quadro, a evolução da economia portuguesa ressentir-se-á, e os números objetivo macroeconómicos estarão postos em causa. Tudo dependerá da intensidade e duração do processo negocial. Em termos políticos, esta variante também é complexa.

A ocorrer representa (mais) um ataque de Trump à relação transatlântica, questionando também mais uma vez a NATO. Explícita ou implicitamente favorece forças de desintegração da UE, da zona euro e objetivamente favorece os interesses da Rússia/Putin.

Portugal, além de economicamente afetado, terá que tentar mais uma vez saber gerir as suas interdependências. Caso o processo Brexit ressurgja antecipada e desordenadamente, a complexidade aumenta. Neste domínio, há que atender, porventura, a que grande parte da África deverá ser “ocupada” pela tecnologia 5G chinesa decorrente da Nova Rota da Seda (*Road and Belt Initiative*).

Portugal, além de economicamente afetado, terá que tentar mais uma vez saber gerir as suas interdependências. Neste domínio, há que atender, porventura, a que grande parte da África deverá ser “ocupada” pela tecnologia 5G chinesa decorrente da Nova Rota da Seda



O contributo das Empresas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O Desenvolvimento Sustentado tem sido nas últimas décadas um objetivo partilhado que, com maior ou menor sucesso, foi historicamente assumido principalmente pelas Organizações Internacionais, pelos Estados, pelas Fundações e pelas ONGs, recorrendo aos orçamentos nacionais e internacionais da Ajuda Pública ao Desenvolvimento e das organizações filantrópicas.

Assim, e tradicionalmente, não havia um papel para o setor privado e os Atores Internacionais e as próprias empresas – com algumas e honrosas exceções – entendiam que a obtenção de lucros e o apoio ao Desenvolvimento eram realidades distintas e com poucos pontos de contacto.

Este divórcio entre o setor privado e a Ajuda ao Desenvolvimento só foi verdadeiramente alterado com a aprovação de 3 instrumentos internacionais em 2015: a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, a Agenda de Paris sobre as Alterações Climáticas e a Agenda para Ação de Adis Abeba.

- A *Agenda 2030* estabelece um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), protegendo e promovendo os 5 Ps do desenvolvimento: as Pessoas, o Planeta, a Prosperidade, a Paz e as Parcerias.
- A *Agenda de Paris sobre as Alterações Climáticas* estabelece os objetivos e métricas de avaliação das políticas para, como o nome indica, combater as causas que provocam e mitigar os efeitos que resultam das alterações climáticas.
- A *Agenda de Acção de Adis Abeba* dá resposta à questão do financiamento do desenvolvimento, e estabelece de forma clara e inequívoca que, para além dos atores tradicionais já referidos, há espaço – ou mais especificamente, há necessidade – de trazer para os objetivos do desenvolvimento todos os mecanismos de financiamento de projetos e políticas que tenham ou possam ter impacto ambiental, económico e social.

Embora tenha nascido e se tenha mantido durante algum tempo na esfera do setor público e não lucrativo, a política para o Desenvolvimento sustentável convoca todos os atores a trabalharem de forma integrada e holística para a sustentabilidade ambiental, o desenvolvimento social e o crescimento económico (ONU, 2015).



Desde 2015 reconhece-se que a procura do lucro e o contributo para o desenvolvimento sustentável deixaram de ser dois mundos separados, para passarem a ser um caminho comum onde os interesses dos investidores privados contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos mais pobres e para o combate às alterações climáticas.



Desta forma, através dos 3 instrumentos aprovados em 2015, o setor privado deixa de ser um corpo estranho da Política de Cooperação e passa a integrar o esforço de cooperação e de investimento que tenham impacto relevante no desenvolvimento harmonioso dos Cinco Ps. Ou, para utilizar a fórmula feliz da Organização das Nações Unidas, desde 2015, a política para o Desenvolvimento sustentável convoca todos os atores a trabalharem de forma integrada e holística para a sustentabilidade ambiental, o desenvolvimento social e o crescimento económico.

Desta forma, alterou-se profundamente a perceção de que este é um tema que respeita a ONGs e instituições públicas com maior ou menor responsabilidade na área ambiental e social, e caminha-se para a consolidação de uma visão de Desenvolvimento Sustentado onde os ODS são, como sublinha o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD Portugal), “uma nova e renovada perspetiva para converter as necessidades e ambições mundiais em soluções empresariais”, embora, já à data do lançamento dos ODS, o então Secretário Geral das Nações Unidas Ban Ki-moon tivesse sublinhado que “As empresas são um parceiro vital para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. As empresas podem contribuir através das suas atividades principais e instamos as empresas do mundo inteiro a avaliar os seus impactes, definir objetivos ambiciosos e comunicar os resultados de forma transparente.”

Evidentemente, a forma como as Empresas se integram neste esforço mundial é diferente dos restantes atores, e é digna de nota.

Relembre-se o óbvio: uma Empresa tem que gerar lucros e se não o fizer, mais cedo ou mais tarde, fechará as suas portas. É essa a natureza das atividades privadas. E no processo de produção de bens e serviços que são desejados pelos consumidores, uma empresa cria empregos e paga impostos.

O que mudou em 2015, nomeadamente através da forma como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram concebidos, foi o reconhecimento de que a procura do lucro e o contributo para o desenvolvimento sustentável deixaram de ser dois mundos separados, para passarem a ser um caminho comum onde os interesses dos investidores privados contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos mais pobres e para o combate às alterações climáticas.

Os benefícios do papel do setor privado na política de desenvolvimento não se verificam apenas para as Organizações Internacionais, para os Estados ou para os beneficiários últimos das políticas de desenvolvimento. Eles existem igualmente para o próprio setor privado. De facto, as formas como as Empresas têm conseguido introduzir os ODS nas suas estratégias são um dos mais interessantes sinais que o Desenvolvimento Sustentável e a geração de lucro podem e devem andar juntos.



No entanto, e sem prejuízo para a relevância das decisões de 2015, a verdade é que sempre assim foi. Quando uma empresa faz um investimento que gera empregos bem pagos e dignos, contribui para que as famílias possam enviar os filhos para a escola, consultem um médico quando necessário, tenham o que comer e uma casa onde se abrigarem. A geração de emprego é claramente um dos melhores mecanismos de apoio ao Desenvolvimento Sustentável que pode existir. E quando as empresas e as famílias pagam os seus impostos, contribuem para o Orçamento de Estado, que poderá, dependendo das opções políticas de cada Governo, ser canalizado para os elementos de desenvolvimento sustentável que estão na esfera das atividades diretas dos Estados ou na esfera delegada das Organizações Não Governamentais.

As decisões tomadas pela Comunidade Internacional em 2015 de incorporar o setor privado no universo dos agentes do Desenvolvimento Sustentável explicam-se inicialmente pela necessidade de reforçar os instrumentos de atuação conjunta, de financiamento disponível e também pela constatação de que a geração de empregos locais dignos e bem remunerados permite às pessoas e às famílias terem uma participação mais ativa e mais digna na sociedade.

Mas os benefícios do papel do setor privado na política de desenvolvimento não se verificam apenas para as Organizações Internacionais, para os Estados ou para os beneficiários últimos das políticas de desenvolvimento. Eles existem igualmente para o próprio setor privado.

De acordo com a *Business & Sustainable Development Commission*, as oportunidades de negócio criadas pelos ODS estão avaliadas, em pelo menos, 12 biliões de dólares. Os ODS podem gerar até 380 milhões de novos empregos até 2030.

As diferentes formas como as Empresas têm conseguido introduzir os ODS nas suas estratégias são um dos mais interessantes sinais que o Desenvolvimento Sustentável e a geração de lucro podem e devem andar juntos.

De facto, as Empresas têm vindo a utilizar cada vez mais os ODS, como relembra o BCSD Portugal, enquanto enquadramento global para moldar, orientar, comunicar e relatar as suas estratégias, objetivos e atividades, permitindo-lhes capitalizar um leque de benefícios entre os quais se encontram o seguintes:

As Empresas têm vindo a utilizar cada vez mais os ODS, como relembra o BCSD Portugal, enquanto enquadramento global para moldar, orientar, comunicar e relatar as suas estratégias, objetivos e atividades, permitindo-lhes capitalizar um leque de benefícios. Verificam-se já impactos relevantes dos ODS e da comunicação que deles é feita, nos negócios das empresas, nomeadamente a nível de posicionamento de marca: das condições de mercado; e das condições de financiamento.



- Identificação de futuras oportunidades de negócio em mercados em crescimento e que poderão beneficiar de soluções inovadoras;
- Aumento do valor da sustentabilidade corporativa através dos incentivos económicos a uma mais eficiente utilização de recursos e da internalização das externalidades;
- Fortalecimento das relações com os *stakeholders* e acompanhamento do ritmo do desenvolvimento das políticas públicas, antecipando a gestão de riscos legais e de reputação;
- Estabilização de sociedades e mercados, salvaguardando o sucesso dos negócios em sociedades pujantes, com mercados regulamentados, sistemas financeiros transparentes e instituições não corruptas e eficientemente geridas;
- Utilização da mesma linguagem e de um propósito comum para uma comunicação mais eficaz com os *stakeholders* a respeito dos seus impactes e desempenhos.

Com efeito, verificam-se já impactos relevantes dos ODS e da comunicação que deles é feita, nos negócios das empresas, nomeadamente a nível:

- De posicionamento de marca: o Desenvolvimento Sustentável é cada vez mais um critério importante para os consumidores quando confrontados com as escolhas no momento de fazerem as suas compras e as empresas têm um interesse óbvio em implementar políticas e estratégias que demonstrem o papel que desempenham na proteção dos Direitos Humanos ou do Ambiente. Veja-se a forma como a sociedade se vem empenhando na procura de alternativas à utilização de plásticos ou como as preocupações ambientais estão a mudar fundamentalmente os setores da energia ou da mobilidade urbana, e como algumas empresas se têm cindo a aproximar de valores associados a estas preocupações.
- Das condições de mercado: o Desenvolvimento Sustentável pode gerar mais lucros quando os serviços ou bens que produzem resultarem em experiências melhores e mais memoráveis para os consumidores. Quem preferiria ir para um hotel numa zona degradada, se puder passar as férias num paraíso sobre a terra, mesmo pagando mais? O

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável criaram uma visão partilhada e uma linguagem comum para Estados, as ONGs, as Organizações Filantrópicas, as Empresas e para os cidadãos individuais.



investimento privado nas condições sociais e ambientais locais pode justificar a diferença de preço que os consumidores estão dispostos a pagar.

- Das condições de financiamento: o Desenvolvimento Sustentável permite aceder a novas fontes de financiamento. Como lembra a Aliança Global para o Investimento Sustentável, em 2016 existiam quase US\$30 bilhões de fundos privados que só investem em projetos que tenham impacto positivo no desenvolvimento social, no ambiente e na economia.

Reconhecendo que há ainda muitas desconfianças sobre o papel do setor privado nas políticas de desenvolvimento, e para os mais céticos, é de sublinhar apenas que se as empresas utilizarem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para obterem maiores lucros nos seus negócios, e se a busca desses lucros resultar na melhoria da qualidade de vida das pessoas, na proteção do meio ambiente e no crescimento económico dos mais pobres, então os fins justificam os meios.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável criaram uma visão partilhada e uma linguagem comum para Estados, as ONGs, as Organizações Filantrópicas, as Empresas e para os cidadãos individuais. Só com o contributo de todos seremos capazes de atingir a promessa coletiva de minorar os problemas que afetam, já não só a alguns, mas a todos.

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: <https://www.ods.pt>

Tecnologia, sociedade e democracia em tempo de eleições europeias

Há muito que se antecipa, com maior ou menor ênfase, que aquilo que se percecionou como a evolução tecnológica (numa primeira versão), disrupção tecnológica (depois) e por fim revolução tecnológica permanente, teria um forte impacto nas economias.

As suas consequências na alteração de modelos de negócio, na organização das empresas e nas cadeias de valor foram sendo verificadas à medida que as tecnologias permitiram e impulsionaram a crescente afirmação do movimento de globalização competitiva até que esta se tornou, na transição do século, uma realidade estrutural e estruturante dos modelos económicos no início do século XXI.

Alguns desses impactos tornaram-se visíveis à medida que modelos económicos baseados em fluxos globais se afirmaram sobre os que se baseavam em espaços, e passaram a favorecer a especialização, contrariando os modelos de economia completa que tinham justificado políticas de desenvolvimento anteriores. Por outro lado, e concretamente na Europa, a globalização veio colocar maior pressão no binómio competitividade/solidariedade com necessidade de novas respostas que permitam a sustentabilidade do modelo social europeu ao mesmo tempo que a revolução tecnológica exige capacidade de adaptação rápida e ajustamentos sucessivos nas qualificações, competências e capacidades dos trabalhadores.

Neste contexto, discute-se o impacto da revolução operada pela tecnologia nas sociedades, não apenas nos seus modelos de sustentabilidade intergeracional, mas também, num nível mais estrutural, das suas formas de organização, consistência interna e padrões de comportamento, fruto da comunicação global, acesso à informação e mobilidade, discussão e afirmação de novos (renovados?) valores nas sociedades, sobretudo nas ocidentais, habituadas há alguns séculos a modelos de consistência interna construídos com base em sociedades fechadas, agora substituídos pela abertura que a globalização da comunicação permite e impõe, abrindo-as a novos modelos de multiculturalismo (como existiram

Há muito que se antecipa, com maior ou menor ênfase, que a evolução tecnológica teria um forte impacto nas economias. As suas consequências foram sendo verificadas à medida que as tecnologias permitiram e impulsionaram a crescente afirmação da globalização competitiva até que esta se tornou, na transição do século, uma realidade estrutural e estruturante dos modelos económicos no início do século XXI.



antes dos modelos de sociedades fechadas e protecionistas que se foram afirmando como base da construção do Estado-nação).

O duplo envelhecimento – no topo e na base da pirâmide demográfica que em alguns casos aparecem agora invertidos – e o advento da *Mosaic Society* – convivência interna de diferentes culturas e subculturas, impõem tensões internas crescentes que colocam novas preocupações de segurança interna quando aumentam os fatores de desestabilização, que não é apenas, embora também o seja, induzida por fatores externos, mas que põe igualmente a descoberto divisões estruturantes das sociedades. Nestas, a reação face à mutabilidade, incerteza, e complexidade oscila entre a recusa e a afirmação da mudança e da necessidade de corrigir expectativas de futuro(s), intensificando a dinâmica da crise na sociedade e na política, com um novo tipo de bipolaridade que agrega diversas clivagens verticais no interior das sociedades, evidente em sucessivos resultados eleitorais que não respeitam as tendências anteriores; não geram maiorias claras e põem em causa sistemas partidários.

Passadas quase duas décadas da transição do século, percebem-se agora claramente também os impactos da tecnologia, agora já na versão de 'digitalização' no sistema político, e nomeadamente nas democracias.



Passadas quase duas décadas da transição do século, percebem-se agora claramente também os impactos da tecnologia, agora já na versão de 'digitalização' no sistema político, e nomeadamente nas democracias.

Inicialmente, e no contexto da euforia sobre as vantagens e os benefícios que a tecnologia traria à economia, e às sociedades, na abertura que impõe aos diferentes fluxos – económicos e culturais – foi em geral assumido que a facilidade de comunicação levaria a mais democracia, ignorando – ou pelo menos menosprezando – a hipótese de que poderia ter efeito contrário.

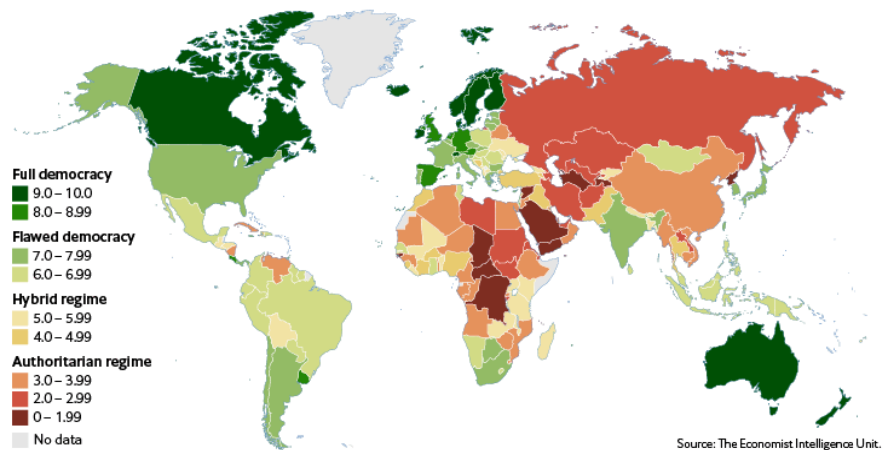
Como reconhecido na última conferência da ESPAS (*European Strategy and Policy Analysis System*), em Bruxelas, sobre tendências num mundo em mudança rápida, a tecnologia não mostrou efetivamente poder levar a uma melhor sociedade: a natureza do impacto da tecnologia será determinado por quem a usa e como a usa, não estando assegurado que produza por si mesma um efeito positivo – nem nas economias, nem nas sociedades, e também não nos sistemas políticos.

Assim, a democracia tem um desafio fundamental – se as pessoas

não acreditarem na democracia e nos seus benefícios, se deixarem de ver nela a resposta aos seus anseios e necessidades, procurarão outras soluções que melhor cumpram essa função, ou pelo menos prometam introduzir maior equilíbrio na distribuição dos benefícios gerados.

De facto, e contrariamente às expectativas, enquanto a tecnologia ganha força como elemento estruturante das economias e das sociedades, e a sua presença avança e se afirma, a democracia e a liberdade têm vindo a decrescer no mundo nos últimos 12 anos.

Democracy Index 2018



A segurança - física, económica, identitária - é uma questão fundamental a que o sistema político tem que responder, e a democracia não é exceção. É necessário que (re)encontre vias de resposta aos anseios sociais, adaptando-se e mesmo refundando-se se necessário, sob pena de permitir um afastamento da sociedade que resulte num retrocesso para regimes não democráticos.



É um facto que as autoridades públicas demoram sempre a adaptar-se a novas configurações e novas tendências nas sociedades, e esse tempo de desconexão entre as exigências da sociedade e as respostas que recebe nos modelos vigentes é o tempo em que outras abordagens têm oportunidade de se afirmar. Para a democracia isto é também válido, e hoje o problema é que esse tempo encurtou e é preciso encontrar respostas a um ritmo que não se coaduna com os mecanismos e processos existentes.

A perceção de que as sociedades podem ser disruptidas de forma muito fácil e barata por via da tecnologia – é, hoje, a forma mais barata de guerra – criou nas sociedades uma noção de perda de controlo dos seus destinos, e esperam da democracia a segurança de poderem manter/recuperar o controlo sobre o destino, o futuro, devolvendo-lhes a tranquilidade que permita retomar os modelos de relação e vivência que reconhecem como desejáveis.

Ontem, como hoje, a segurança física, económica, identitária é uma questão fundamental a que o sistema político tem que responder, e a democracia não é exceção. É necessário que (re)encontre vias de

resposta aos anseios sociais, adaptando-se e mesmo refundando-se se necessário, sob pena de permitir um afastamento da sociedade que resulte num retrocesso para regimes não democráticos como os movimentos pró-nacionalistas, protecionistas, isolacionistas e de tendência autoritária que se vão afirmando parecem mostrar.

O reforço da sociedade civil e dos seus corpos intermédios aparece pois como resposta numa sociedade de 'ligação direta', onde o imediatismo e o idealismo são os novos drivers, e onde a participação direta do cidadão aparece como o novo normal, o contraste com a manutenção de modelos políticos de participação democrática onde permanece uma organização quase paternalista e de consulta a cada 4 ou 5 anos; onde os partidos políticos permanecem à parte de toda uma nova forma de diálogo com o cidadão, cada vez mais alheado e desinteressado no que aqueles têm para dizer, e procurando respostas onde a linguagem se assemelha àquela que já é a sua. Surgem assim novos partidos, movimentos de cidadãos, excêntricos aos diálogos ideológicos, mas que fazem de novos ideais, com maior ou menor facilidade de penetração no espaço público, meios de conquista do poder.

As eleições europeias de 2019 revelam já estas tensões entre as expectativas dos cidadãos já habituados aos novos modelos de relacionamento em sociedades pré-digitais e modelos políticos cujo ajustamento a esta nova realidade se mantém lento, difícil e titubeante, fazendo adivinhar tempos difíceis para a afirmação do projeto europeu.

O reforço da sociedade civil e dos seus corpos intermédios aparece pois como resposta numa sociedade de 'ligação direta', onde o imediatismo e o idealismo são os novos drivers, e onde a participação direta do cidadão aparece como o novo normal. Será necessário rever os mecanismos de participação democrática existentes em concordância.

